



BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

CNPJ nº 45.283.173/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado e da mutação do patrimônio líquido relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais)									
Nota explicativa		2019	2018	Nota explicativa		2019	2018	Nota explicativa	
ATIVO				PASSIVO				2º Semestre	
Circulante		119.492	119.867	Circulante		10.518	10.988	2019	
Disponibilidades		90	232	Outras obrigações		10.518	10.988	2019	
Títulos e valores mobiliários		110.897	113.361	Sociais e estatutárias		7a	9.602	2019	
Carteira própria		110.897	113.361	Fiscais e previdenciárias		7b	572	2019	
Outros créditos		8.505	6.274	Diversas		7c	344	2019	
Diversos		6	6.274	Exigível a Longo Prazo			1.308	2019	
Realizável a Longo Prazo		3.372	2.007	Outras obrigações			1.308	2019	
Títulos e valores mobiliários		3.363	1.998	Diversas		7c	-	2019	
Carteira própria		3.363	1.998	Imposto de renda e contribuição social diferido			1.308	2019	
Outros créditos		9	9	Patrimônio Líquido		9	111.212	2019	
Diversos		6	9	Capital social:			111.212	2019	
Permanente		174	274	De domiciliados no exterior			56.229	2019	
Imobilizado		174	273	Reservas de lucros			53.020	2019	
Intangível		-	1	Ajuste de avaliação patrimonial			1.963	2019	
Total do Ativo		123.038	122.147	Total do Passivo			123.038	2019	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)							Resultado antes da tributação sobre o Lucro e Participações					
	Nota Explicativa	Capital social subscrito	Reserva de lucros Legal	Outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total	10	3.136	521	1.072	
									Imposto de Renda e Contribuição Social			(775)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017							120.343					
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos							(737)					
Lucro líquido do exercício							2.929					
Destinações:												
Dividendos							(9.602)					
Absorção de prejuízos acumulados							(2.632)					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018							110.301					
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos							916					
Resultado do Período							(5)					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019							111.212					
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019							108.282					
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos							320					
Lucro líquido do exercício							2.610					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019							111.212					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
									Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais) 1. Contexto operacional: O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, a administração da carteira de valores mobiliários e fundos de investimento. O Banco permanece inoperante, mantendo somente aplicações em fundos de investimentos (nota explicativa nº 5) para gerenciamento do seu caixa. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - futuro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; • CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; • CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016. • CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; • CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016. • CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; • CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; • CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; • CPC 24 - Evento subsequente - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11; • CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; • CPC 27 - Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016. • CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15. Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2020. 3. Principais práticas contábeis: a. Apuração de resultado: As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. b. Caixa e equivalentes de caixa: São considerados como caixa e equivalentes de caixa apenas as disponibilidades. c. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, conforme circular BACEN nº 3.068/11, da seguinte forma: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. d. Ativos circulante e realizável a longo prazo e passivos circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. e. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, da seguinte forma: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação; • Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • Obrigações legais: referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento as normas do BACEN. f. Imposto de renda e contribuição social: Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas

considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo. Alíquota (%): Imposto de renda: 15,00; Adicional de imposto de renda: 10,00; Contribuição social: 15,00; PIS: 0,65; COFINS: 4,00. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. g. Plano de incentivos com base em ações: O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, que oferece ações aos administradores em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA pelo preço de mercado da ação na data da transferência do recurso. h. Estimativas contábeis: A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. 4. Componentes de caixa e equivalente caixa: O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados: 2019 2018 Disponibilidades 90 232 Caixa e equivalentes de caixa 90 230 5. Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria de títulos para negociação está assim representada: 2019 2018 Fundo de investimento Itau HIGH GRADE RF CRED PRIVADO 50.817 48.481 Fundo de investimento Itau CORP PLUS RENDA FIXA 46.538 53.914 Fundo de investimento Itau CORPORATE RF 6.722 6.404 Fundo de investimento Bradesco CFRDF 2.772 2.622 Fundo de investimento Itau GOLD RF 2.037 1.940 Fundo de investimento Itau FIX 5 2.011 2.011 Total 110.897 113.361 As aplicações em cotas de fundos não possuem vencimento, bem como o seu valor de custo é igual ao de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentava em sua carteira 75.158 ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, equivalentes a R\$ 3.363 (R\$ 1.998 em 2018), classificadas como "disponível para venda". O saldo de ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido R\$ 3.269, (R\$ 1.903 em 2018) que refere-se aos ganhos e perdas não realizáveis, deduzidas dos efeitos fiscais é no montante de R\$ 1.963 (R\$ 1.407 em 2018). 6. Outros créditos - diversos: 2019 2018 Imposto de renda e contribuição social a compensar 10 13 Adiantamento e antecipações salariais 41 16 Imposto de renda a recuperar 4.094 4.255 Despesas antecipadas 63 9 Contas a receber coligadas 4.306 1.928 Outros - 62 Total 8.514 6.283 7. Outras obrigações: a. Sociais e estatutárias: Refere-se a dividendos provisionados aos acionistas no valor de R\$ 9.602 em abril de 2018 (R\$ 9.602 em 2018), acumulado do período de 2001 a 2018. b. Fiscais e previdenciárias: 2019 2018 Provisão para imposto de renda - 445 Provisão para contribuição social 80 192 Outros Impostos e contribuições pagar 492 378 Total 572 1.015 8. Provisões e passivos contingentes: a. Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia ativos contingentes registrados. b. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 existiam os seguintes passivos contingentes: Passivos contingentes classificados como perdas possíveis, eram processos judiciais e administrativos de natureza tributária classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, com o risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. No Banco as ações de natureza tributária com classificação de perda possível totalizavam R\$ 315 no semestre findo em 31 de dezembro de 2019. 9. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2019, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 56.229.134 ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 por ação. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A o acionista que corresponde a 99,99% das ações. b. Destinação do lucro: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social

Demonstrações de Resultados - Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)				
Nota explicativa		2º Semestre 2019	2019	2018
Receitas da Intermediação				
Financeira		2.933	6.295	7.265
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.933	6.295	7.265
Resultado Bruto da Intermediação				
Financeira		2.933	6.295	7.265
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		205	(5.772)	(8.079)
Rendas de Prestação de Serviços		4.091	4.091	1.832
Despesas de pessoal	11a	(2.470)	(7.083)	(6.623)
Outras despesas administrativas	11b	(1.358)	(2.688)	(2.790)
Despesas tributárias		(165)	(357)	(663)
Outras receitas operacionais	11c	110	268	336
Outras despesas operacionais	11d	(3)	(3)	(171)
Resultado Operacional		3.139	523	(814)
Resultado não Operacional		(2)	(2)	1.887
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		10	3.136	521
Imposto de Renda e Contribuição Social			(526)	(775)
Provisão para imposto de renda	10	(446)	(446)	(560)
Provisão para contribuição social	10	(80)	(80)	(216)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período			2.610	(5)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - R\$			46,43	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				
Nota explicativa		2º Semestre 2019	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado do período		2.610	(5)	297
Ajustes ao resultado do período		45	103	125
Depreciação/Amortização	11b	45	103	125
Lucro líquido ajustado		2.655	98	422
(Aumento)/redução nos ativos em				
Títulos e valores mobiliários		1.924	2.014	13.107
Outros créditos		(3.844)	(2.231)	264
Aumento/(redução) nos passivos em				
Outras obrigações		(670)	(24)	(3.398)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	4	(724)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		65	(139)	9.671
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado		(1)	(3)	(36)
Alienação Ativo Intangível		-	-	4
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		(1)	(3)	(32)
Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento				
Pagamento arrendamento mercantil		-	-	-
Dividendos pagos		-	-	(9.602)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(9.602)
Redução Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		64	(142)	37
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		26	232	195
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		90	90	232
Redução Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		64	(142)	37
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
devido à alteração da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2019 devido ao prejuízo apresentado, não houve constituição de reservas. Em 31 de dezembro de 2019 estão provisionados dividendos aos acionistas no valor de R\$ 9.602, referente a distribuição ocorrida em 2018 e que não houve pagamento. O ajuste de avaliação patrimonial refere-se a marcação a mercado da posição em ações da instituição no valor de R\$ 1.963 (R\$ 1.904 em 2018).				
10. Imposto de renda e contribuição social: Os encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL no exercício estão assim demonstrados:				
		2019	2018	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações			521	1.072
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.			(208)	(482)
Efeito de IRPJ e de CSLL sobre as diferenças permanentes - bônus dirigentes e dividendos recebidos			(330)	(293)
Créditos tributários não reconhecidos		12	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL - valores correntes		526	-	775
11. Demonstração de resultado:				
a. Despesas com pessoal		2º semestre 2019	2019	2018
Benefícios		431	806	609
Encargos sociais		612	1.515	1.439
Proventos		1.387	4.681	4.498
Treinamento		40	81	77
Total		2.470	7.083	6.623
b. Despesas administrativas		2º semestre 2019	2019	2018
Despesas de Água, Energia e Gás		13	27	18
Despesas de Aluguéis e Condomínios		123	247	259
Despesas de Comunicações		67	150	216
Despesas de Material		36	55	31
Despesas de Publicações		9	36	32
Despesas de Seguros		20	38	33
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro		11	28	31
Despesas de Serviços de Terceiros		101	324	344
Despesas de serviços, vigilância e segurança		95	205	323
Despesas de Serviços Técnicos Especializados		717	1.227	1.147
Despesas de Transportes		31	55	95
Despesas de amortização e depreciação		45	103	125
Outras Despesas Administrativas		90	193	136
Total		1.358	2.688	2.790
c. Outras receitas operacionais		2º semestre 2019	2019	2018
Descontos Obtidos		1	1	1
Variação Selic		67	153	239
Outras		25	97	96
Dividendos		17	17	-
Total		110	268	336
d. Outras despesas operacionais		2º semestre 2019	2019	2018
Juros e Multas		(3)	(3)	(171)
Total		(3)	(3)	(171)
e. Outras receitas e despesas não operacionais		2º semestre 2019	2019	2018
Lucro na alienação de Investimentos (a)		-	-	1.880
Outras Receitas		-	-	40
Outras Despesas		(2)	(2)	(33)
Total		(2)	(2)	1.887
(a) Em novembro de 2018 foram vendidas 75.000 de ações da carteira, registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão a um preço médio de R\$ 26,17 por ação. O resultado da venda foi de R\$ 1.880.				
12. Trasações com partes relacionadas: Remuneração dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluindo os encargos sociais foi de R\$ 2.888 (R\$ 2.664 em 2018). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 manteve-se registrado valores referentes aos dividendos destinados em 2018, à disposição da controladora de R\$ 9.602 (R\$ 9.602 em 2018). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco possui valores a receber conforme nota 6, referente ao contrato de SLA, com sua matriz Banco Bilbao Vizcaya S.A. de R\$ 4.306.				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2019 devido ao prejuízo apresentado, não houve constituição de reservas. Em 31 de dezembro de 2019 estão provisionados dividendos aos acionistas no valor de R\$ 9.602, referente a distribuição ocorrida em 2018 e que não houve pagamento. O ajuste de avaliação patrimonial refere-se a marcação a mercado da posição em ações da instituição no valor de R\$ 1.963 (R\$ 1.904 em 2018). 10. Imposto de renda e contribuição social: Os encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL no exercício estão assim demonstrados: 2019 2018 Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações 521 1.072 Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente. (208) (482) Efeito de IRPJ e de CSLL sobre as diferenças permanentes - bônus dirigentes e dividendos recebidos (330) (293) Créditos tributários não reconhecidos 12 - Despesa com IRPJ e CSLL - valores correntes 526 775 11. Demonstração de resultado: a. Despesas com pessoal 2º semestre 2019 2019 2018 Benefícios 431 806 609 Encargos sociais 612 1.515 1.439 Proventos 1.387 4.681 4.498 Treinamento 40 81 77 Total 2.470 7.083 6.623 b. Despesas administrativas 2º semestre 2019 2019 2018 Despesas de Água, Energia e Gás 13 27 18 Despesas de Aluguéis e Condomínios 123 247 259 Despesas de Comunicações 67 150 216 Despesas de Material 36 55 31 Despesas de Publicações 9 36 32 Despesas de Seguros 20 38 33 Despesas do Sistema de Serviço Financeiro 11 28 31 Despesas de Serviços de Terceiros 101 324 344 Despesas de serviços, vigilância e segurança 95 205 323 Despesas de Serviços Técnicos Especializados 71 1.227 1.147 Despesas de Transportes 31 55 95 Despesas de amortização e depreciação 45 103 125 Outras Despesas Administrativas 90 193 136 Total 1.358 2.688 2.790 c. Outras receitas operacionais 2º semestre 2019 2019 2018 Descontos Obtidos 1 1 1 Variação Selic 67 153 239 Outras 25 97 96 Dividendos 17 17 - Total 110 268 336 d. Outras despesas operacionais 2º semestre 2019 2019 2018 Juros e Multas (3) (3) (171) Total (3) (3) (171) e. Outras receitas e despesas não operacionais 2º semestre 2019 2019 2018 Lucro na alienação de Investimentos (a) - - 1.880 Outras Receitas - - 40 Outras Despesas (2) (2) (33) Total (2) (2) 1.887 (a) Em novembro de 2018 foram vendidas 75.000 de ações da carteira, registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão a um preço médio de R\$ 26,17 por ação. O resultado da venda foi de R\$ 1.880. 12. Trasações com partes relacionadas: Remuneração dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluindo os encargos sociais foi de R\$ 2.888 (R\$ 2.664 em 2018). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 manteve registrado valores referentes aos dividendos destinados em 2018, à disposição da controladora de R\$ 9.602 (R\$ 9.602 em 2018). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco possui valores a receber conforme nota de R\$, referente ao contrato de SLA, com sua matriz Banco Bilbao Vizcaya S.A. de R\$ 4.306.

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais) (Continuação)

13. Outras informações: **a.** Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. **b.** Os ativos foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período. **c.** Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018, não existiam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento. **14. Acordo de basileia (limite operacional):** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites do Banco são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2019 foi de 191,91% (71,80% em 2018). **15. Gerenciamento de riscos:** • Estrutura de gerenciamento de riscos e

estrutura de gerenciamento de capital. • Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor: Risco Operacional (Res.3.380/06), Risco de Mercado (Res.3.464/07), Risco de Crédito (Res.3.721/09) e de Capital (Res.3.988/11). A resolução nº 4.557 de 23/02/2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN) aprimorou as regras para gestão de riscos e gestão de capital. • A diretoria executiva mantém uma adequada estrutura de funcionamento para o atual nível de operação da instituição estando em conformidade com as políticas e normas estabelecidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) no tocante e observação e das boas práticas de mercado que envolva possíveis riscos mercado, operacionais, gerenciamento de risco de crédito, ainda que não

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Acionistas do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de março de 2020.

**KPMG**
KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

A Diretoria

Ouvidoria: Tel.: 0800-772-3500

HLB Brasil Pryor Consulting Services Ltda. - CRC/SP 2SP 022.699/O-3

Eliane Cristina Cunha - CRC/SP 1SP 227.200/O-0 - Contadora Responsável

Goodman CG Empreendimentos Imobiliarios S.A.

CNPJ 30.069.571/0001-43

Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 - (Em Milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais					
Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante	9	15	Circulante	0	2
Caixa e equivalentes de caixa	9	15	Fornecedores	-	1
Não Circulante	127.779	101.101	Obrigações fiscais	0	1
Propriedade para Investimento	127.779	101.101	Não Circulante	19.624	14.282
Total do Ativo	127.788	101.116	Impostos diferidos	19.624	14.282
			Patrimônio Líquido	108.163	86.832
			Capital social	62.622	62.563
			Reserva de lucros	45.541	24.268
			Total do Passivo	127.788	101.116
Demonstrações dos Resultados			Demonstrações dos Fluxos de Caixa Líquidos - Método Indireto		
(Despesas) receitas operacionais	2019	2018	1) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2019	2018
Administrativas	(63)	(131)	Lucro do período	21.272	24.268
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	26.678	38.681	Ajustes por:		
Resultado operacional	26.615	38.550	Depreciações e amortizações	-	(7.641)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	26.615	38.550	Ajuste a Valor Justo das Propriedades para Investimento	(26.678)	(31.040)
Despesas financeiras	(0)	(0)	I.R. e contribuição social - diferido sobre valor justo	5.343	14.282
Resultado financeiro	(0)	(0)	Resultado após ajustes	(63)	(131)
Resultado antes do I.R. e contribuição social	26.615	38.550	Aumentos/diminuições nos ativos operacionais		
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(5.343)	(14.282)	Nos - ativos		
Lucro líquido do exercício	21.272	24.268	(Aumentos) reduções de estoques	-	(62.420)
Demonstrações do Resultado Abrangente	2019	2018			
Lucro líquido do exercício	21.272	24.268			
Resultado abrangente do exercício	21.272	24.268			

Diretoria	Cesar Corona Nasser	José Paulo de Almeida Jr.	Contadora: Nubia Ramos Prioli - CRC 1SP 283.266/O-5
------------------	----------------------------	----------------------------------	--

Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Sociedade Anônima de Capital Aberto

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 e NIRE 35 3 0004818 1

Edital de Convocação

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem no dia 24 de abril de 2020, às 10h10min (dez horas e dez minutos), na sede social, na Alameda Santos, nº 466, 1º andar, Cerqueira César, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A. Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras (BRGAAP e IFRS), o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e ratificar as distribuições de juros sobre o capital próprio relativos ao 1º e 2º semestres de 2019; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para o próximo mandato, nos termos do Estatuto Social, Artigo 13; 4. Examinar, discutir e votar a verba máxima destinada à remuneração dos Administradores para o período de maio/2020 a abril/2021, conforme proposta do Comitê de Remuneração; 5. Se assim deliberado, instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes e fixar suas respectivas remunerações; e 6. Ratificar a escolha do novo jornal para a realização das publicações legais da Sociedade. Para requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, os requerentes, representando no mínimo 5% do capital votante, deverão exercer esta faculdade até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral. Consigna-se ainda, para a eleição destes mesmos membros, a possibilidade de exercício das faculdades de que tratam o *caput* e parágrafos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, com a redação que lhes foi dada pela Lei nº 10.303/01. **B. Assembleia Geral Extraordinária:** Tomar conhecimento e deliberar sobre a Proposta da Diretoria, com pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para aumentar o capital social em R\$25.900.000,00 (vinte e cinco milhões e novecentos mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", e aprovar a correspondente reforma estatutária. **II. Informações Adicionais:** 1. Nos termos do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é até 16.04.2020, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 19.04.2020, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. 2. Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76 prevê que, para ser admitido, participar e deliberar nas Assembleias Gerais, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante. 3. Caso seja feita a opção pelo voto à distância, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento até o dia 17.04.2020, inclusive, enviando o respectivo Boletim de Voto a Distância: (i) ao escriturador das ações da Sociedade; (ii) ao seu agente de custódia; ou (iii) diretamente à Sociedade. Informações adicionais estão disponíveis nos procedimentos descritos no boletim de voto a distância e nas orientações contidas na Proposta da Administração, disponibilizados pela Sociedade, bem como na Instrução CVM nº 481/2009. 4. Os documentos pertinentes às Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo, 26 de março de 2020. **Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro** - Presidente do Conselho de Administração.

Alfa Holdings S.A.

Sociedade Anônima de Capital Aberto

CNPJ/MF nº 17.167.396/0001-69 e NIRE 35 3 0002375 7

Edital de Convocação

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem no dia 24 de abril de 2020, às 10h50min (dez horas e cinquenta minutos), na sede social, na Alameda Santos, nº 466, 1º andar, Cerqueira César, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e ratificar as distribuições de dividendos relativas ao 1º e 2º semestres de 2019; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para o próximo mandato, nos termos do Estatuto Social, Artigo 8, item 8.2; 4. Fixar a verba máxima destinada à remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração para o período de maio/2020 a abril/2021; 5. Se assim deliberado, instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes e fixar suas remunerações; e 6. Ratificar a escolha do novo jornal para a realização das publicações legais da Sociedade. Para requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, os requerentes, representando no mínimo 5% do capital votante, deverão exercer esta faculdade até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral. Consigna-se ainda, para a eleição destes mesmos membros, a possibilidade de exercício das faculdades de que tratam o *caput* e parágrafos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, com a redação que lhes foi dada pela Lei nº 10.303/01. **B. Em Assembleia Geral Extraordinária:** Tomar conhecimento e deliberar sobre a Proposta da Diretoria, com pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para aumentar o capital social em R\$15.585.000,00 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", para eliminar seu excesso, e aprovar a correspondente reforma estatutária. **II. Informações Adicionais:** 1. Nos termos do parágrafo único do artigo 11º do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é até 16.04.2020, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 19.04.2020, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. 2. Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76 prevê que, para ser admitido, participar e deliberar nas Assembleias Gerais, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante. 3. Caso seja feita a opção pelo voto à distância, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento até o dia 17.04.2020, inclusive, enviando o respectivo Boletim de Voto à Distância: (i) ao escriturador das ações da Sociedade; (ii) ao seu agente de custódia; ou (iii) diretamente à Sociedade. Informações adicionais estão disponíveis nos procedimentos descritos no boletim de voto à distância e nas orientações contidas na "Proposta da Administração", disponibilizados pela Sociedade, bem como na Instrução CVM nº 481/2009. 4. Os documentos pertinentes às Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo, 26 de março de 2020. **Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro** - Presidente do Conselho de Administração.

Consórcio Alfa de Administração S.A.

Sociedade Anônima de Capital Aberto

CNPJ/MF nº 17.193.806/0001-46 e NIRE 35 3 0002366 8

Edital de Convocação

I. Convidamos os senhores acionistas a se reunirem no dia 24 de abril de 2020, às 11h30min (onze horas e trinta minutos), na sede social, na Alameda Santos, nº 466, 1º andar, Cerqueira César, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **A. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e ratificar as distribuições de dividendos relativos ao 1º e 2º semestres de 2019; 3. Eleger os membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para o próximo mandato, nos termos do Estatuto Social, Artigo 8, item 8.2; 4. Fixar a verba máxima destinada à remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração para o período de maio/2020 a abril/2021; 5. Se assim deliberado, instalar o Conselho Fiscal, eleger seus membros efetivos e suplentes e fixar suas remunerações; e 6. Ratificar a escolha do novo jornal para a realização das publicações legais da Sociedade. Para requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, os requerentes, representando no mínimo 5% do capital votante, deverão exercer esta faculdade até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral. Consigna-se ainda, para a eleição destes mesmos membros, a possibilidade de exercício das faculdades de que tratam o *caput* e parágrafos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, com a redação que lhes foi dada pela Lei nº 10.303/01. **B. Em Assembleia Geral Extraordinária:** Tomar conhecimento e deliberar sobre a Proposta da Diretoria, com pareceres favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para aumentar o capital social em R\$19.128.000,00 (dezenove milhões, cento e vinte e oito mil reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", para eliminar seu excesso, e aprovar a correspondente reforma estatutária. **II. Informações Adicionais:** 1. Nos termos do parágrafo único do artigo 11º do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral **é necessário ser acionista no mínimo** 08 (oito) dias antes da data de sua realização, isto é até 16.04.2020, inclusive. Quando o acionista se fizer representar por mandatário, **é indispensável o depósito do respectivo instrumento de procuração** na sede social, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias também antes do mesmo evento, ou seja, até 19.04.2020, inclusive. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante. 2. Lembramos que o Artigo 126 da Lei nº 6.404/76 prevê que, para ser admitido, participar e deliberar nas Assembleias Gerais, pode ser solicitado ao acionista (ou seu procurador) **que apresente documento de identidade e comprovante de titularidade** das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante. 3. Caso seja feita a opção pelo voto à distância, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento até o dia 17.04.2020, inclusive, enviando o respectivo Boletim de Voto à Distância: (i) ao escriturador das ações da Sociedade; (ii) ao seu agente de custódia; ou (iii) diretamente à Sociedade. Informações adicionais estão disponíveis nos procedimentos descritos no boletim de voto à distância e nas orientações contidas na "Proposta da Administração", disponibilizados pela Sociedade, bem como na Instrução CVM nº 481/2009. 4. Os documentos pertinentes às Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. São Paulo, 26 de março de 2020. **Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro** - Presidente do Conselho de Administração.